*Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica*
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

# ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DE RECURSOS VISUAIS

# CURRICULAR ADAPTATIONS FOR SPECIAL EDUCATION STUDENTS: INCLUSIVE STRATEGIES IN LITERACY THROUGH VISUAL RESOURCES

Adriana dos Santos Souza, Luciano Neri de Oliveira, Marina Savordelli Versolato, Carolina Lincoln-de-Carvalho, Raphaela dos Santos Gonçalves, Camila Neto Fernandes Andrade.

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Educação, Curso de Licenciatura em Educação Especial
E-mail para contato: profadriana.souza@gmail.com; lucianosfc@hotmail.com

*RESUMO – A educação inclusiva pressupõe a garantia de acesso, participação e aprendizagem, considerando as necessidades, potencialidades e diferentes formas de aprender dos estudantes. Nesse contexto, as adaptações curriculares constituem estratégias destinadas à redução de barreiras presentes no processo educacional. Este artigo analisa uma experiência desenvolvida com estudantes público-alvo da Educação Especial do Ensino Fundamental, articulando atividades da sala de aula comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A proposta concentrou-se no processo de alfabetização, especialmente no reconhecimento de letras e na associação entre grafemas, fonemas, imagens e vocábulos. Foram utilizados cartões com imagens, letras móveis, sequências visuais e materiais adaptados, acompanhados de mediação pedagógica e flexibilização das atividades. Os registros da experiência indicaram maior participação nas propostas e avanços relacionados à oralidade, organização das ideias, vocabulário, escrita e autonomia. Conclui-se que adaptações curriculares planejadas de forma intencional e articuladas ao trabalho colaborativo podem ampliar as condições de participação dos estudantes no currículo, sem implicar redução das expectativas de aprendizagem.*

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Adaptações Curriculares; Atendimento Educacional Especializado; Recursos Visuais.

*ABSTRACT – Inclusive education requires guaranteeing access, participation, and learning while considering students' needs, potential, and different ways of learning. In this context, curricular adaptations constitute strategies aimed at reducing barriers in the educational process. This article analyzes an experience developed with Special Education students in Elementary Education, articulating*

ISSN 2317-1316

*activities carried out in the regular classroom and Specialized Educational Assistance (SEA). The proposal focused on literacy, particularly letter recognition and the association between graphemes, phonemes, images, and words. Image cards, movable letters, visual sequences, and adapted materials were used, accompanied by pedagogical mediation and activity flexibility. Records from the experience indicated greater participation in the proposed activities and progress related to oral communication, organization of ideas, vocabulary, writing, and autonomy. It is concluded that intentionally planned curricular adaptations, when connected to collaborative work, can broaden students' conditions for participation in the curriculum without reducing learning expectations.*

**Keywords:** Special Education; Inclusive Education; Curricular Adaptations; Specialized Educational Assistance; Visual Resources.

# 1 INTRODUÇÃO

A construção de uma educação inclusiva exige que a escola reconheça a diversidade existente entre os estudantes e organize práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades educacionais. A inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como presença física no ensino regular, pois pressupõe condições efetivas de acesso, participação e aprendizagem. Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a organização de recursos e serviços destinados à eliminação de barreiras que possam restringir a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no processo educacional (Brasil, 2008).

As adaptações curriculares inserem-se nesse processo ao possibilitar modificações nas estratégias de ensino, nos recursos, nas formas de apresentação dos conteúdos, no tempo destinado às atividades e nos procedimentos de avaliação. Adaptar o currículo, entretanto, não significa reduzir indiscriminadamente conteúdos ou expectativas de aprendizagem, mas organizar diferentes caminhos para que os estudantes tenham condições de acessar o conhecimento e expressar aquilo que aprenderam. Essa compreensão aproxima-se da concepção de inclusão defendida por Mantoan (2006; 2015), para quem a transformação da escola exige mudanças em suas práticas, no currículo e nas formas de compreender as diferenças.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também integra essa organização. Sua finalidade não consiste em substituir a escolarização desenvolvida na classe comum, mas em complementar ou suplementar a formação dos estudantes por meio da identificação, elaboração

ISSN 2317-1316

e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Dessa maneira, o trabalho realizado no AEE precisa manter articulação com o currículo e com os professores da sala regular, evitando a criação de práticas paralelas ou desvinculadas da escolarização (Brasil, 2008; Brasil, 2009).

No processo de alfabetização, determinados estudantes podem necessitar de diferentes formas de apresentação das informações, maior tempo para realização das atividades, apoio visual e intervenções pedagógicas mais graduadas. A mediação docente torna-se especialmente relevante quando favorece ações que o estudante ainda não realiza de maneira independente, proporcionando apoios que podem ser reorganizados à medida que amplia suas possibilidades de atuação (Vigotski, 2007; Oliveira, 2010).

Os recursos visuais constituem uma das possibilidades de adaptação, sobretudo quando associados a objetivos pedagógicos claramente definidos. Imagens, letras móveis, cartões, sequências e outros materiais concretos podem auxiliar a organização das informações, favorecer associações entre diferentes formas de representação e oferecer outras vias de acesso aos conteúdos. A seleção desses recursos, contudo, deve considerar os objetivos educacionais e as necessidades observadas durante o processo de ensino, evitando a utilização do material como atividade descontextualizada (Zabala, 1998).

A experiência que fundamenta este artigo foi desenvolvida com estudantes público-alvo da Educação Especial do Ensino Fundamental, atendidos na sala regular e no AEE. As atividades surgiram a partir da identificação de dificuldades relacionadas ao reconhecimento de letras, à associação entre grafemas e fonemas, à formação de vocábulos, à expressão oral e à organização das ideias. Diante dessas necessidades, foram elaboradas propostas envolvendo recursos visuais, manipulação de materiais e mediação pedagógica, buscando ampliar as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades de alfabetização (Brasil, 2008).

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as contribuições das adaptações curriculares e dos recursos visuais para a participação de estudantes público-alvo da Educação Especial em atividades de alfabetização, com ênfase no reconhecimento de letras e na associação entre grafemas, fonemas, imagens e vocábulos. Busca-se, ainda, discutir a flexibilização das atividades, a mediação pedagógica, o trabalho colaborativo entre sala comum e AEE e as

ISSN 2317-1316

possibilidades de desenvolvimento da autonomia durante as propostas (Brasil, 2008; Mantoan, 2015).

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, construído a partir de práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes público-alvo da Educação Especial do Ensino Fundamental. As atividades ocorreram em articulação entre a sala de aula comum e o Atendimento Educacional Especializado, tendo como foco necessidades observadas durante o processo de alfabetização.

A proposta concentrou-se no reconhecimento de letras, na associação entre grafemas e fonemas, na formação de vocábulos e no desenvolvimento da leitura visual. Para isso, foram utilizados cartões com imagens, recortes, letras móveis, sequências visuais e materiais adaptados para associação entre imagens, letras e palavras.

As atividades foram organizadas de maneira gradual. Inicialmente, foram propostas situações com maior apoio visual e intervenção docente. Os estudantes identificavam imagens, relacionavam-nas às letras iniciais correspondentes, construíam palavras e organizavam elementos em sequências. Conforme demonstravam maior compreensão das propostas, a mediação era reduzida e eram introduzidas atividades que exigiam maior autonomia.

A flexibilização considerou as necessidades observadas durante a realização das tarefas. Quando necessário, foram modificados o número de elementos apresentados, a organização visual do material, o tempo destinado à atividade, a quantidade de etapas e a forma de resposta esperada. Também foram utilizadas perguntas orientadoras e atividades individuais, em duplas ou grupos.

Os registros das atividades permitiram acompanhar aspectos relacionados à participação, à comunicação oral, à organização das ideias, ao reconhecimento das relações entre letras, sons e imagens, à formação de palavras e à realização das tarefas com progressiva redução dos apoios. Por se tratar de relato de experiência, os resultados são apresentados de maneira descritiva e circunscritos ao contexto observado, sem pretensão de estabelecer relações causais ou generalizações para outros grupos de estudantes.

ISSN 2317-1316

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização dos recursos visuais possibilitou diversificar as formas de apresentação das atividades de alfabetização. Em vez de trabalhar exclusivamente com propostas escritas, foram utilizados cartões com imagens e letras que permitiam ao estudante observar, selecionar, comparar e estabelecer associações. Essa diversificação favoreceu a participação nas tarefas e mostrou-se coerente com a compreensão de que adaptações curriculares devem ampliar as condições de acesso ao conhecimento, sem descaracterizar os objetivos pedagógicos (Mantoan, 2006; Brasil, 2008).

Um dos materiais utilizados apresentava imagens associadas às letras iniciais correspondentes. Durante a atividade, os estudantes observavam as figuras, identificavam seus nomes e buscavam relacionar o som inicial à representação gráfica da letra. A proposta possibilitou trabalhar simultaneamente reconhecimento visual, oralidade e associação entre grafema e fonema, utilizando diferentes formas de representação como apoio ao processo de alfabetização (Vigotski, 2007; Oliveira, 2010).

*Figura 1: Tabela de figuras para associação com a letra inicial.*




**Fonte:** Acervo dos autores (2026).

ISSN 2317-1316

Outro recurso reuniu imagens e vocábulos de forma visualmente mais acessível. Palavras como “avião”, “estrela”, “ilha”, “ovo” e “uva” foram apresentadas junto às respectivas figuras, permitindo estabelecer relações entre o objeto representado, sua denominação oral e sua forma escrita. O emprego conjunto de diferentes representações pode favorecer a construção de relações entre os elementos linguísticos quando integrado à intervenção docente e aos objetivos da alfabetização (Zabala, 1998; Vigotski, 2007).

*Figura 2: Material adaptado para associação entre imagem e vocábulo no processo de alfabetização.*




**Fonte:** Acervo dos autores (2026).

A mediação pedagógica mostrou-se necessária durante diferentes momentos da experiência. Perguntas como “qual é essa figura?”, “com que som começa?” e “qual letra

ISSN 2317-1316

representa esse som?" foram utilizadas para orientar a atenção sem antecipar imediatamente a resposta. A intervenção foi ajustada conforme as necessidades observadas, com redução progressiva do apoio quando o estudante demonstrava maior possibilidade de realizar a ação autonomamente. Essa dinâmica aproxima-se da concepção histórico-cultural de aprendizagem, na qual a mediação contribui para ampliar as possibilidades de atuação do sujeito (Vigotski, 2007; Oliveira, 2010).

Também foram propostas situações em que os estudantes escolhiam imagens, organizavam sequências e construíam palavras. A possibilidade de escolha favoreceu maior participação nas atividades, pois permitiu que os recursos fossem utilizados como apoio à ação do estudante e não apenas como materiais apresentados de forma passiva. Nesse sentido, a adaptação curricular mostrou-se compatível com a preservação de desafios e oportunidades de participação, aspecto importante para evitar que a flexibilização seja confundida com redução das possibilidades de aprendizagem (Mantoan, 2015).

Os registros indicaram que a organização das atividades em etapas contribuiu para a compreensão das tarefas. Diante de dificuldades relacionadas à atenção, comunicação ou quantidade de informações apresentadas simultaneamente, as propostas eram reorganizadas, mantendo-se o objetivo pedagógico e modificando-se as condições para sua realização. A experiência reforça que o planejamento precisa comportar avaliação contínua e possibilidade de reorganização diante das respostas apresentadas pelos estudantes (Zabala, 1998; Freire, 2011).

Os materiais visuais também foram utilizados em propostas destinadas à organização do pensamento e à construção de sequências. Ao observar e ordenar imagens, os estudantes eram estimulados a identificar elementos, estabelecer relações entre acontecimentos e verbalizar suas escolhas. Os registros apontaram ampliação das oportunidades de expressão oral e de organização das ideias, embora esses resultados devam ser compreendidos como observações produzidas no contexto específico da experiência e não como efeitos generalizáveis dos recursos utilizados (Vigotski, 2007; Oliveira, 2010).

A experiência mostrou ainda que a flexibilização não se limitou à produção dos materiais. O tempo de realização, a quantidade de estímulos, a forma de apresentar as instruções e as possibilidades de resposta foram ajustados quando necessário. Esse procedimento está

ISSN 2317-1316

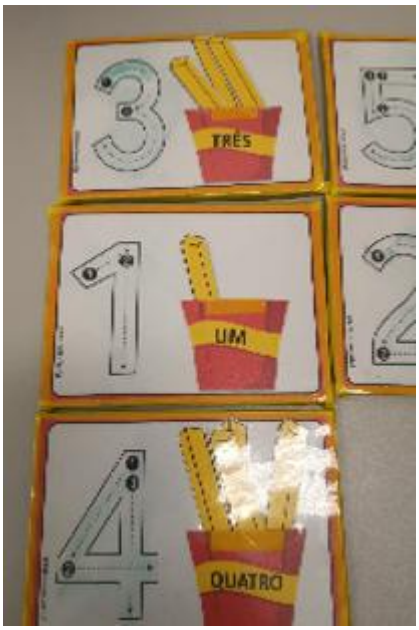
relacionado à compreensão de que a acessibilidade curricular envolve a organização das condições de participação e não somente a disponibilização de materiais diferenciados (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

As diferentes possibilidades de resposta também foram consideradas nas atividades avaliativas. Além das produções escritas, observaram-se respostas orais, identificação e organização de imagens, participação nas propostas e formação de palavras. A avaliação, nessa perspectiva, procurou considerar o percurso realizado e as formas pelas quais o estudante demonstrava compreensão, evitando limitar a análise da aprendizagem a uma única modalidade de expressão (Mantoan, 2015; Zabala, 1998).

Os registros da experiência apontaram maior participação nas propostas e progressos relacionados à oralidade, à organização das ideias, ao vocabulário e à produção escrita. Na etapa final de algumas atividades, foi possível propor tarefas com menor intervenção docente, indicando maior iniciativa dos estudantes para utilizar os materiais e realizar as associações trabalhadas. Tais observações são coerentes com uma organização pedagógica que oferece apoios e os reorganiza progressivamente conforme o desenvolvimento da autonomia (Vigotski, 2007; Oliveira, 2010).

*Figura 3: Exemplos de materiais utilizados como apoio às atividades práticas em sala de aula.*

ISSN 2317-1316




**Fonte:** Acervo dos autores (2026).

A experiência também evidenciou desafios decorrentes da diversidade entre os próprios estudantes atendidos. Foram observadas diferenças relacionadas aos níveis de aprendizagem, às formas de comunicação, ao tempo de realização das atividades, à manutenção da atenção e às modalidades de apoio necessárias. Esses aspectos reforçam que uma mesma adaptação não pode ser considerada adequada para todos os estudantes, pois a prática inclusiva requer observação contínua e reorganização das estratégias de acordo com as barreiras identificadas em cada situação (Mantoan, 2006; Brasil, 2015).

Outro aspecto identificado foi a importância da articulação entre o professor da sala comum e o profissional responsável pelo AEE. A adaptação curricular não deve resultar na criação de um currículo paralelo ou na transferência da responsabilidade pelo estudante ao atendimento especializado. O AEE deve contribuir para a identificação e organização dos recursos de acessibilidade necessários à participação no currículo comum, mantendo relação com o trabalho desenvolvido na escolarização regular (Brasil, 2008; Brasil, 2009).

Nesse sentido, os resultados sugerem que a contribuição das adaptações não se encontra apenas nos materiais confeccionados, mas no conjunto formado por planejamento, acessibilidade, mediação, acompanhamento e avaliação. Um mesmo recurso visual pode favorecer a participação quando adequado às necessidades do estudante ou constituir nova

ISSN 2317-1316

barreira quando utilizado sem intencionalidade e sem consideração pelas formas particulares de interação e aprendizagem. A prática pedagógica inclusiva requer, portanto, constante reflexão e reelaboração do trabalho docente (Freire, 2011; Mantoan, 2015).

## 4 CONCLUSÃO

A experiência analisada permitiu compreender que as adaptações curriculares podem contribuir para ampliar as condições de participação de estudantes público-alvo da Educação Especial nas atividades de alfabetização. O uso de imagens, letras, vocábulos, sequências visuais e materiais adaptados possibilitou diversificar as formas de acesso aos conteúdos e organizar propostas relacionadas ao reconhecimento de letras e à associação entre grafemas, fonemas e palavras.

Os registros apontaram maior participação durante as atividades e progressos relacionados à oralidade, ao vocabulário, à organização das ideias, à escrita e à autonomia. Esses resultados, entretanto, correspondem às observações produzidas no contexto da experiência e não permitem afirmar efeitos generalizáveis ou estabelecer relações causais entre o uso dos recursos e o desenvolvimento dos estudantes.

A mediação pedagógica mostrou-se particularmente relevante, pois permitiu oferecer apoios de acordo com as dificuldades apresentadas e reduzi-los progressivamente quando os estudantes demonstravam maior independência. Da mesma forma, a flexibilização das atividades mostrou que adaptar não significa necessariamente tornar uma tarefa mais simples, mas reorganizar suas condições de acesso e realização.

A articulação entre sala de aula comum e Atendimento Educacional Especializado também se mostrou necessária para que as adaptações permanecessem vinculadas ao currículo e não constituíssem práticas paralelas. O planejamento colaborativo pode favorecer a identificação das barreiras e a definição de recursos e estratégias mais adequados às necessidades observadas.

Conclui-se que as adaptações curriculares precisam ser entendidas como processo contínuo de observação, planejamento, intervenção, avaliação e reorganização. Quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, podem oferecer diferentes possibilidades de

ISSN 2317-1316

participação sem reduzir as expectativas educacionais em relação aos estudantes, contribuindo para práticas escolares mais acessíveis e inclusivas.

## 5 AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), edição 2024-2026.

À Secretaria de Educação (SEDUC) da Prefeitura Municipal de Santos, pela parceria estabelecida com as escolas municipais.

À Universidade Santa Cecília (UNISANTA), pelo apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

## 6 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio à organização textual e à sistematização inicial da literatura. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

## 7 REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

Brasil. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2009.

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

**ISSN 2317-1316**

Mantoan MTE. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Mantoan MTE. O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Oliveira MK. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

Vigotski LS. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Zabala A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.